

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA RERRATIFICAÇÃO DA ESCRITURA DA
QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM
GARANTIA REAL, DE TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A**

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller 116, 39º andar, salas 3901/3905/3906 (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda sob o nº 02.107.946/0001-87, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 3.333, Grupo 307, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures");

resolvem celebrar a segunda rerratificação do "Instrumento Particular da Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações com Garantia Real, de Telemar Participações S.A", datada de 16 de junho de 2003, e objeto de rerratificação em 16 de julho de 2003, que, nos termos deste Instrumento Particular de Segunda Rerratificação da Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, de Telemar Participações S.A. ("Escritura de Emissão"), passa, para todos os fins de direito, a constar com os seguintes termos e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 10 de junho de 2003 ("AGE"), e na deliberação do conselho de administração da Emissora, em reuniões realizadas em 12 de junho de 2003 e 22 de julho de 2003 ("RCAs"). Foram delegados ao conselho de administração poderes para, independentemente de convocação e deliberação de nova assembléia geral de acionistas, (i) deliberar sobre as matérias previstas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404/76"); (ii) cancelar as Debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as Debêntures que forem adquiridas pela própria Emissora, mediante declaração do Agente

Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas que não a Emissora.

II

DOS REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures será feita com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação da ata da assembleia geral extraordinária e das atas das reuniões do conselho de administração.* As atas da AGE e das RCAs em que se deliberou sobre a emissão das Debêntures deverão ter sido arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicadas no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Monitor Mercantil";
- II. *registro desta Escritura de Emissão.* A presente Escritura de Emissão deverá ter sido registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro;
- III. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- IV. *registro no Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix") e no Sistema Nacional de Debêntures ("SND").* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio do Bovespa Fix, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), e do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANIDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP");
- V. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ser registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários; e
- VI. *registro das garantias.* O Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Tele Norte Leste Participações S.A. e Outras Avenças ("Contrato de Penhor"), pelo qual será formalizada


a garantia mencionada no item 3.10 da Cláusula III abaixo será registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sendo o penhor das ações devidamente averbado nos livros da instituição financeira, responsável pela sua escrituração, nos termos do disposto no §1º do Artigo 39 da Lei 6.404/76.

III

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

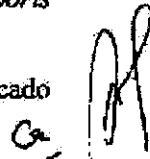
- 3.1. *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital social da sociedade Tele Norte Leste Participações S.A., podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades, no país ou no exterior.
- 3.2. *Número da emissão.* Esta Escritura de Emissão representa a quarta emissão de Debêntures da Emissora.
- 3.3. *Valor total da emissão.* O valor total desta emissão é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 3.4. *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 3.5. *Atualização Monetária.* As Debêntures não terão seu valor nominal atualizado monetariamente.
- 3.6. *Quantidade.* Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.
- 3.7. *Séries.* A emissão será realizada em duas séries. A primeira série será composta de 15.000 (quinze mil) Debêntures ("Debêntures da Primeira Série") e a segunda série será composta de 10.000 (dez mil) Debêntures ("Debêntures da Segunda Série"), observado, entretanto, que a Emissora não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado.
- 3.8. *Limite da Emissão.* A presente emissão atende ao limite estabelecido no artigo 60 da Lei 6.404/76, uma vez que o valor das Debêntures, somado ao valor das debêntures de emissões anteriores em circulação não ultrapassa o valor do capital social da Emissora que, na Data de Emissão, totalizava R\$3.385.466,00 (três bilhões, trezentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e seis reais).
- 3.9. *Conversibilidade e forma.* As Debêntures serão não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será

X


Cm

comprovada por extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100 São Paulo, São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda sob o nº 60.701.190/0001-04, instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, para as Debêntures depositadas no SND, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures depositadas na CBLC, será expedido pela CBLC relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem depositadas na CBLC.

- 3.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, constituída pelo penhor de ações ordinárias de emissão de Tele Norte Leste Participações S.A., companhia aberta com sede na Rua Humberto de Campos nº 425, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda sob o nº 02.558.134/0001-58 ("TNL"), de titularidade da Emissora, formalizado pelo Contrato de Penhor assinado pelas partes, o qual constitui parte integrante e inseparável da presente Escritura de Emissão.
- 3.11 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores ("Coordenadores") que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.
- 3.12 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2003 ("Data de Emissão").
- 3.13 *Prazo de subscrição e forma de integralização.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro pela CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da remuneração a que fizerem jus, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
- 3.14 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário no Bovespa Fix e no SND.



- 3.15 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal, acrescido da remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da remuneração, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da mesma série em circulação.
- 3.16 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força da presente Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 3.17 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 3.18 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, à remuneração e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no SND ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 3.19 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local da sede da Emissora, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos (i) cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados

bancários nacionais, sábados ou domingos, ou (ii) cujos pagamentos devam ser realizados pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na cidade de São Paulo.

3.20 *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam interesses dos debenturistas deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de aviso, no jornal "Monitor Mercantil" e no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", veículos em que a Emissora realiza suas publicações ordenadas pela Lei 6.404/76, bem como no jornal "Gazeta Mercantil"- edição nacional, sempre com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo a Emissora avisar o Agente Fiduciário, tempestivamente, da realização de qualquer publicação.

3.21 *Vencimento Antecipado Automático.* As Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, podendo ser exigido o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento de remuneração, prevalecendo a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas, ou em caso de dissolução e/ou de liquidação da Emissora ou suas controladas (no caso destas últimas salvo em processo de reorganização societária) ou, ainda, no caso de pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas;
- b) alienação do controle acionário da TNL pela Emissora, ou se esta deixar de deter participação correspondente a 50% (cinquenta por cento) mais uma ação no capital votante da TNL;
- c) não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de vencimento original.

3.21.1 O Agente Fiduciário deverá emitir notificação extrajudicial à Emissora, através de Cartório de Títulos e Documentos, comunicando o vencimento antecipado das Debêntures.

3.22 *Vencimento Antecipado Sujeito à Deliberação dos Debenturistas.* O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nos itens 3.22.1, 3.22.2, 3.22.3 e 3.22.4 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento de

remuneração, prevalecendo a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M");
- b) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual cujo valor individual unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado, anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M;
- c) aquisição do controle acionário de sociedades que resultem na alteração do objeto principal da Emissora;
- d) aprovação de operações de fusão ou incorporação que envolvam a Emissora, salvo se as operações em questão (i) contarem com a prévia aprovação de debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, na forma do Artigo 231 da Lei 6.404/76; ou (ii) envolverem a Emissora e quaisquer das sociedades por ela controladas direta ou indiretamente;
- e) aprovação de operação de cisão da Emissora, salvo se (i) a operação contar com a prévia aprovação de debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, na forma do Artigo 231 da Lei 6.404/76; ou (ii) pela cisão a Emissora mantiver participação correspondente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação no capital votante da TNL;
- f) cassação, pela União Federal, das concessões detidas pela Telemar Norte Leste S.A. para prestar serviço de telefonia fixa na Região I do Plano Geral de Outorgas, sempre que tais atos possam representar redução superior a 20% (vinte por cento) no faturamento da controladora TNL;
- g) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão ou no Contrato de Penhor, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- h) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora

relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão:

- i) a Emissora deixar de manter, durante o prazo da emissão e havendo Debêntures em Circulação, as seguintes "razões financeiras", não sanando eventual desenquadramento apurado no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso que lhe for encaminhado pelo Agente Fiduciário:
 - (i) "(DEBT-CAIXA)/(DEBT + EQUITY)" menor ou igual a 25%, no Balanço Patrimonial da Emissora;
 - (ii) "DEBT-CAIXA" menor ou igual a R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), corrigidos pelo IGP-M a partir de 31 de dezembro de 2002, no Balanço Patrimonial da Emissora;
 - (iii) "EBITDA/Despesas Financeiras" maior ou igual a 1,75, no Balanço Patrimonial da TNL; e
 - (iv) "Dívida Onerosa Consolidada/EBITDA" menor ou igual a 4,5, no Balanço Patrimonial da TNL.

As "razões financeiras" definidas nos itens (i) e (ii) serão apuradas trimestralmente, e as "razões financeiras" definidas nos itens (iii) e (iv) serão apuradas anualmente, através de demonstrações financeiras completas, da Emissora e da TNL consolidadas, devidamente auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM (Demonstrações Financeiras Padronizadas), onde:

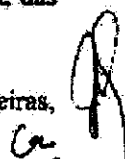
"DEBT" significa o somatório, em uma determinada data, de todas as obrigações onerosas da Emissora com terceiros.

"CAIXA" significa o somatório das aplicações financeiras de curto prazo da Emissora, tais como CDB's, RDB's, letras hipotecárias e outras.

"EQUITY" significa o Patrimônio Líquido representado pelo somatório, em uma determinada data, de (i) Capital Social, (ii) Reservas e (iii) Lucros ou Prejuízos Acumulados.

"Despesas Financeiras" significa o somatório, em uma determinada data, das despesas financeiras registradas na DRE.

"EBITDA" significa o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações.



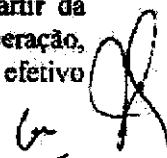
"Divida Onerosa Consolidada" significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos que tenham sido contraídas pela TNL e suas subsidiárias, que tenham correção por algum indexador ou taxa de juros. Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas encaminhadas à CVM, corresponde aos empréstimos e financiamentos do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo.

3.22.10 Agente Fiduciário deverá emitir notificação extrajudicial à Emissora, através de Cartório de Registro de Títulos e Documentos, comunicando o evento ocorrido.

3.22.2 A Emissora poderá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados do envio da notificação extrajudicial a que se refere o item 3.22.1, assembleia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para solicitar a renúncia dos Debenturistas ao direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures. A assembleia de debenturistas prevista neste item poderá também ser convocada pelo Agente Fiduciário, mediante solicitação da Emissora, observado o prazo de 3 (três) dias.

3.22.3 Na assembleia de debenturistas, os debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, de todas as Debêntures em Circulação, conforme definição da presente Escritura, poderão deliberar pela não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

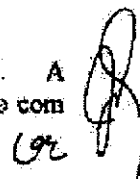
3.22.4 Na hipótese de (i) não convocação pela Emissora da assembleia de debenturistas no prazo indicado no item 3.22.2 acima; (ii) não instalação, em segunda convocação, da assembleia de debenturistas mencionada no item 3.22.2 acima; ou (iii) não ser aprovado por debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de remuneração, prevalecendo a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento.



IV

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

- 4.1 *Quantidade.* A primeira série será composta por 15.000 (quinze mil) Debêntures.
- 4.2 *Prazo e Data de Vencimento.* O prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 2 (dois) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2005 ("Data de Vencimento da Primeira Série").
- 4.3 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série será pago em uma única vez na Data de Vencimento da Primeira Série.
- 4.4 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios equivalentes a 109,50% (cento e nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (definido no item 4.4.4 abaixo), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série foi definida em processo de *bookbuilding*. Ao final do processo de *bookbuilding*, o conselho de administração da Emissora ratificou, em reunião, a taxa de juros final da Remuneração da Primeira Série, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da emissão que, nos termos da Lei 6.404/76, foram-lhe delegados na AGE a que se refere o item 1.1 acima..
- 4.4.1 *Periodicidade de Pagamento da Remuneração da Primeira Série.* A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente, no dia 1º de junho e de dezembro de cada ano ("Data de Pagamento de Remuneração"), ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2003 e o último na Data de Vencimento da Primeira Série.
- 4.4.2 *Fórmula de cálculo da Remuneração da Primeira Série.* A Remuneração da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:



$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \times \dots \times f_j) - 1]$$

Onde,

JR = Valor da remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização;

$(f_1 \times f_2 \times \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulada da Taxa DI, incorporando o spread ("S"), entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do Período de Capitalização da remuneração, calculada conforme fórmula abaixo:

Os termos f_1, f_2, f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_i = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_i}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

Onde,

f_j = fator da Taxa DI referente ao dia "j";

Taxa DI_j = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j";

S = 109,50% da Taxa DI, conforme definido em processo de *bookbuilding*

4.4.3 A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.4.4 *Período de Capitalização.* O período de capitalização da remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.4.5 Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela

data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.4.5.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.4.5.2 Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, será convocada pelo Agente Fiduciário assembleia geral dos titulares de Debêntures da Primeira Série, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da referida assembleia geral de debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial de remuneração das Debêntures da Primeira Série, devendo as Debêntures da Primeira Série ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação não aprovelem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva assembleia geral de debenturistas, qual a alternativa escolhida: (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou desde a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data de encerramento da assembleia a que se refere este item. O resgate a que se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa Selic conhecida, no momento imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembleia geral de

debenturistas a que se refere este item, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso; ou (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série, devendo o resgate em cada data prevista no cronograma ser efetuado mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei 6.404/76 e demais normas aplicáveis. Nesta alternativa, durante o prazo de resgate das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até o resgate integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada a taxa de remuneração definida pelos debenturistas e apresentada à Emissora na referida assembleia geral de debenturistas. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

- 4.5 *Resgate antecipado facultativo.* A Emissora poderá, desde que aprovado por debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, reunidos em assembleia, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures da Primeira Série, mediante o pagamento (i) do Valor Nominal acrescido da respectiva Remuneração da Primeira Série aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou desde a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, e (ii) de prêmio de reembolso equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor do resgate, multiplicado pela razão entre (a) o número de dias corridos restante entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento da Primeira Série e (b) o número de dias corridos entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento da Primeira Série. O resgate parcial será realizado mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.

V

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

- 5.1 *Quantidade.* A segunda série será composta por 10.000 (dez mil) Debêntures.

- 5.2 *Prazo e data de vencimento.* O prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2006 ("Data de Vencimento da Segunda Série").
- 5.3 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série será pago em uma única vez na Data de Vencimento da Segunda Série.
- 5.4 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios equivalentes a 109,50% (cento e nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) da Taxa DI ("Remuneração da Segunda Série"). A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão, ou da data do último Período de Capitalização (definido no item 5.4.4 abaixo), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.
- 5.4.1 *Periodicidade de Pagamento da Remuneração da Segunda Série.* A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente em cada Data de Pagamento da Remuneração, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2003 e o último na Data de Vencimento da Segunda Série.
- 5.4.2 *Fórmula de cálculo da Remuneração da Segunda Série.* A Remuneração da Segunda Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \times \dots \times f_j) - 1]$$

Onde,

JR = Valor da remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização;

$(f_1 \times f_2 \times \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulada da Taxa DI, incorporando o spread ("S"), entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do Período de Capitalização da remuneração, calculada conforme fórmula abaixo:

Os termos f_1, f_2, f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

Onde,

fj= fator da Taxa DI referente ao dia "j";

Taxa DIj = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j";

S = 109,50% da Taxa DI, conforme definido em processo de *bookbuilding* das Debêntures da Primeira Série

5.4.3 A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela CETIP.

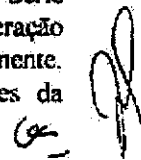
5.4.4 *Período de Capitalização.* O período de capitalização da remuneração (o "Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

5.4.5 Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

5.4.5.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada no lugar da Taxa DI automaticamente a Taxa Selic.

5.4.5.2 Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, será convocada pelo Agente Fiduciário assembleia geral dos titulares de Debêntures da Segunda Série, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento

que der causa à convocação da referida assembléia geral de debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial de remuneração das Debêntures da Segunda Série, devendo as Debêntures da Segunda Série ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação não aprovem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva assembléia geral de debenturistas, qual a alternativa escolhida: (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou desde a data do último pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data de encerramento da assembléia a que se refere este item. O resgate a que se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa Selic conhecida, no momento imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere este item, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso; ou (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série, devendo o resgate em cada data prevista no cronograma ser efetuado mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei 6.404/76 e demais normas aplicáveis. Nesta alternativa, durante o prazo de resgate das Debêntures da Segunda Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da remuneração continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até o resgate integral das Debêntures da



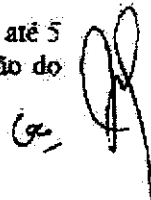
Segunda Série, será utilizada a taxa de remuneração definida pelos debenturistas e apresentada à Emissora na referida assembleia geral de debenturistas. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

- 5.5 *Resgate antecipado facultativo.* A Emissora poderá, desde que aprovado por debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, reunidos em assembleia, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures da Segunda Série, mediante o pagamento (i) do Valor Nominal acrescido da respectiva Remuneração da Segunda Série aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou desde a data do último pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, e (ii) de prêmio de reembolso equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor do resgate, multiplicado pela razão entre (a) o número de dias corridos restante entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento da Segunda Série e (b) o número de dias corridos entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento da Segunda Série. O resgate parcial será realizado mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei 6.404/76 e demais normas aplicáveis.

VI

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 6.1 Os recursos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures, estimados em R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões), serão destinados: (i) ao pagamento integral do contrato de empréstimo firmado com o JP Morgan Chase Bank, na qualidade de agente administrativo, e o Banco JP Morgan S.A., na qualidade de agente de garantia, no valor principal de US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), com vencimento em 31 de julho de 2003; e (ii) o saldo será destinado ao reforço do caixa da Emissora para atender a compromissos futuros.
- 6.2 A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados da data de liquidação, comprovante de quitação do empréstimo referido no item 6.1 supra.



VII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
 - (ii) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
 - (iii) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM;
 - (iv) na mesma data em que forem publicados, os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas;
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- III. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- IV. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço;
- V. manter seus bens adequadamente segurados;
- VI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos dos itens 8.2.1 e 8.2.2;
- VII. informar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer evento indicado nos itens 3.2.1 e 3.2.2;

- VIII. não negociar com as ações de emissão da TNL de sua titularidade, a partir da data em que for publicado o edital que tenha por objeto o leilão das ações que constituem a garantia real prestada aos debenturistas, no âmbito de processo judicial de execução promovido pelo Agente Fiduciário, pela falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão;
- IX. assegurar aos debenturistas o resgate das Debêntures de que forem titulares, na hipótese de alteração estatutária da Emissora que represente modificação substancial no seu objeto social e/ou reorganização societária que venha a culminar em sua incorporação, fusão ou cisão, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 231, da Lei 6.404/76, durante o prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas às eventuais operações descritas;
- X. manter atualizada, pelo menos anualmente, a classificação de risco da Emissão, devendo ainda (i) entregar, anualmente, ao Agente Fiduciário a súmula de classificação de risco preparada por agência de classificação de risco e (ii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação do(s) *rating(s)* concedidos à presente emissão, bem como o início de qualquer processo de revisão deste(s) *rating(s)*;
- XI. somente colocar em circulação quaisquer Debêntures mantidas em sua tesouraria, mediante o prévio reforço da garantia, nos termos previstos no Contrato de Penhor; e
- XII. notificar imediatamente, extrajudicialmente, o Agente Fiduciário, da convocação de qualquer Assembleia de Debenturistas pela Emissora.

VIII

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando, sob as penas da lei:

1. não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida:

- II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
- IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
- V. ter verificado e concluído que os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei 6.404/76 foram atendidos pela Emissora, na presente emissão; e
- VI. ter verificado a regularidade da garantia prestada nos termos do item 3.10, concluindo que (i) o penhor de ações de emissão da TNL, formalizado pelo Contrato de Penhor foi regularmente constituído, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente e averbado junto à instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da TNL, na forma do artigo 39 da Lei 6.404/76; (ii) o Contrato de Penhor constitui instrumento válido e exequível de acordo com os seus termos; e (iii) o valor das ações de emissão da TNL empenhadas é suficiente para garantir as obrigações da Emissora, na forma e de acordo com os limites previstos no Contrato de Penhor e nesta Escritura de Emissão.

8.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.

8.2 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), sendo o primeiro pagamento devido em até 5 (cinco) dias após a data de obtenção do "registro de emissão" junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e os demais, no mesmo dia e mês, dos anos seguintes;
- (b) as parcelas citadas no item (a) supra, serão reajustadas anualmente, pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo. Os honorários serão devidos mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.2.1 A Emissora obriga-se a efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma deste item, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, despesas relacionadas com:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações previstas nesta Escritura de Emissão, e outras publicações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. viagens, incluindo custos razoavelmente incorridos com transporte, hospedagem e alimentação;
- IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas; e
- V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

8.2.2 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. No caso de inadimplemento pela Emissora de obrigação de pagar, todas as despesas necessárias com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pela Emissora e, em caso de inadimplemento de pagamento desta, previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas para posterior ressarcimento, pela Emissora, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 68 da Lei 6.404/76. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e

custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.2.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

8.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de substituição. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão;
- II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- V. as condições de remuneração do Agente Fiduciário substituto, incluindo, montante, modo de atualização, periodicidade e condições de pagamento serão aquelas previstas nesta Cláusula para o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente

após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do item 3.20 acima; e

- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

8.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei 6.404/76;
- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

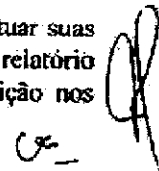
- XI. verificar a regularidade da constituição das garantias e o cumprimento das disposições do Contrato de Penhor pela Emissora, na forma e periodicidade ali previstas, especialmente a obrigação de manter empenhadas ações de emissão da TNL no valor correspondente a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento) do Valor Nominal das Debêntures em Circulação, acrescido de sua respectiva remuneração. Para fins de cálculo do valor das ações empenhadas de emissão da TNL, será considerada a média ponderada de sua cotação média nos seis meses anteriores à data de verificação. Para tanto, o Agente Fiduciário deverá manter controle permanentemente atualizado do Valor Nominal das Debêntures, acrescido de sua respectiva remuneração devida, e do valor de mercado das ações de emissão da TNL;
- XII. intimar a Emissora a reforçar a garantia dada em ações ordinárias da TNL, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, de acordo com o disposto no artigo 12, inciso XI, da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
- XIII. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, relativas à Emissora, na localidade onde se encontra a sede do estabelecimento principal da Emissora ou em qualquer outra localidade, de acordo com o disposto no artigo 12, inciso XII, da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
- XIV. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XV. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, por meio de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XVI. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVII. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou in verdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate, pagamento do Valor Nominal, de remuneração e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e ocorrência de qualquer dos eventos previstos nos itens 3.21 e 3.22 acima; e
- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVIII. colocar o relatório de que trata o inciso XVII acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (iii) na CVM;
- (iv) na Bovespa; e
- (v) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;

XIX. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVIII acima:



XX. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

XXI. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informando prontamente aos debenturistas, nos termos do inciso XXIII abaixo, as eventuais inadimplências verificadas;

XXII. comunicar aos debenturistas, nos termos do inciso XXIII abaixo, o recebimento de quaisquer comunicações a serem enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão;

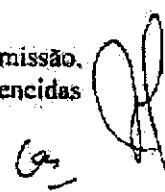
XXIII. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento pela Emissora, de qualquer obrigação assumida nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (i) à CVM;
- (ii) à Bovespa; e
- (iii) à Emissora;

XXIV. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas, se emitidos.

8.5 No caso de inadimplemento da Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos nos itens 3.21 e 3.22 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente os itens 3.21 e 3.22 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora;



III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e

IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora.

8.5.1 Observado o disposto nos itens 3.21 e 3.22 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III do item 8.5 acima se, convocada a assembleia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas, ressalvadas as hipóteses em que se admite a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures por debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação. Na hipótese do inciso IV do item 8.5 acima, será suficiente a deliberação dos debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação.

IX

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

9.1 Os titulares das Debêntures desta emissão ou de qualquer série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

9.2 A assembleia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série ou desta emissão (conforme se trate de assembleia de debenturistas de uma série ou da emissão) ou pela CVM.

9.3 Aplica-se à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei 6.404/76 sobre a assembleia geral de acionistas.

9.4 A assembleia se instalará, (i) em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série ou desta emissão (conforme se trate de assembleia de debenturistas de uma série ou da emissão) e (ii) em segunda convocação, com qualquer número.

9.5 A presidência da assembleia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou aquele que for designado pela CVM.

9.6 A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 3.22, dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em

Circulação, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco.

- 9.7 Observado o disposto no item 9.8 abaixo, quaisquer modificações nas condições das Debêntures, bem como alteração de quaisquer condições determinadas no Contrato de Penhor, dependerão da aprovação de debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da série que tiver condições alteradas, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco.
- 9.8 A alteração do prazo de vigência e da remuneração das Debêntures em Circulação de determinada série dependerá de aprovação de debenturistas titulares de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação de tal série, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco. Para fins da presente Escritura, define-se "Debêntures em Circulação" como a totalidade das Debêntures emitidas, executadas as Debêntures que se encontrem em tesouraria da Emissora, ou que sejam pertencentes a qualquer de suas controladas, subsidiárias, bem como respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.
- 9.9 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias dos debenturistas.
- 9.10 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

X

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

- 10.1 A Emissora neste ato declara que, nesta data:
- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
 - II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
 - III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
 - IV. os termos desta Escritura de Emissão (a) não implicam o inadimplemento da Emissora em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; e (c) não contrariam

qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora, em vigor nesta data;

- V. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações exequíveis, válidas e eficazes da Emissora;
- VI. está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, inclusive no que se refere ao pagamento da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e ao recolhimento das contribuições devidas, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao Fundo de Participação do Programa de Integração Social (PIS) e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas aquelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa vir a afetar a capacidade financeira da Emissora; e
- VII. é senhora e legítima possuidora das ações objeto do penhor em favor dos debenturistas, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, respeitadas as disposições legais da Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997.

10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretirável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso qualquer das declarações aqui prestadas se torne inverídica, incompleta ou incorreta.

XI

DAS DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a estruturação, distribuição e execução das Debêntures, incluindo custos incorridos com: (i) a elaboração e publicação (a) da ata da AGE, (b) da ata da RCA e (c) dos anúncios de início e de encerramento da distribuição; (ii) contratação de agência para determinar o *rating* inicial para a emissão; (iii) taxa ANBID; (iv) taxa de registro da distribuição na CVM; (v) taxa de registro da Escritura de Emissão na Junta Comercial; (vi) despesas gerais; (vii) impressão de prospectos; e (viii) assessoria jurídica, bem como as

despesas recorrentes, tais como despesas incorridas com (i) agente fiduciário; (ii) banco mandatário; (iii) manutenção de *rating*; e (iv) registro para negociação das Debêntures em mercado de balcão (SND-CETIP e BovespaFix-CBLC).

XII

DAS NOTIFICAÇÕES

- 12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

I. para a Emissora:

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Rua Lauro Muller 116, 39º andar, salas 3901-3905-3906 (parte)
22299-900 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Celso Fernandez Quintella (Diretor de Relações com Investidores)
Telefone: (21) 3873-9003
Fac-símile: (21) 2279-3454
E-mail: dcasa@telemar.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas 3.333, Grupo 307
22631-003 Rio de Janeiro, RJ
At.: Mauricio da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3325-5059
Fac-símile: (21) 3325-5969
E-mail: pentagono@pentagonotrustee.com.br

- 12.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

XIII

DA RENÚNCIA

- 13.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes de emissão consubstanciada na presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer, ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade

ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIV

DO FORO

14.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

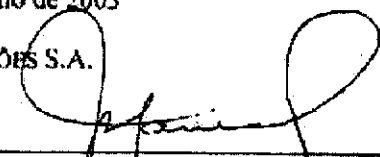
Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2003

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.




Nome: Celso Fernandez Quintella
Cargo: Diretor Presidente



Nome: José Augusto da G. Figueira
Cargo: Diretor

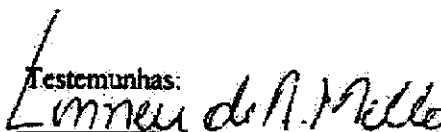
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: Adriana Figueiredo Fernandes
Cargo: Procuradora



Nome: Marco Aurélio M. Ferreira
Cargo: Procurador

Testemunhas:


Nome: LINNEU DE A. MELLO
Id.: 70.221.041/RS



Nome: FÁBIO YANITCHIAS COSTA
Id.: 10987086-0 IFP/RJ